



CÂMARA MUNICIPAL DE GRANJEIRO ESTADO DO CEARÁ



(MINUTA) PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 07/2025 DE 03 DE JUNHO DE 2025, AUTORIA DA VEREADORA, TEREZA REJANE SOARES DIAS.

AOS Exmos. Sres. E Sras. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GRANJEIRO-CE.

TEREZA REJANE SOARES DIAS, vereadora deste Poder Legislativo, no exercício pleno de suas funções Parlamentares, e de conformidade com a Lei Orgânica deste Município e Regimento Interno desta Casa, apresenta a Indicação para a deliberação do plenário desta casa Legislativa e com o devido respeito à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue: Honra-me INDICAR e SUGERIR, nos termos regimentais, ao Senhor Prefeito Municipal de Granjeiro, Francisco Clementino de Almeida, que enviei a esta Augusta casa Legislativa um Projeto de Lei:

EMENTA: ALTERAR E ACRESCERTAR A LEI MUNICIPAL Nº 005/2020.

Relativo à Licença Maternidade e Paternidade, extensivos aos servidores terceirizados e aos cooperados.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GRANJEIRO – CEARÁ decreta:

Artigo 1º

Objetivo

O presente projeto de lei visa a regulamentação da licença paternidade, garantindo aos pais o direito a um período de licença remunerada para acompanhar a sua família após o nascimento do filho, assim como no caso de adoção. Para pais concursados, efetivos, comissionados, contratados e cooperados.

Artigo 2º

Duração da Licença

A licença paternidade tem a duração de 15 dias corridos, a contar do dia do nascimento do filho.

No caso de nascimento de múltiplos, a licença é prorrogada para 30 dias corridos.

No caso de adoção, a licença é de 15 dias corridos a contar da data do despacho de adoção.

Artigo 3º

Compartilhamento da Licença

Os pais podem optar por dividir a licença paternidade, de acordo com suas necessidades.

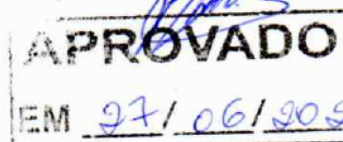
A opção pelo compartilhamento deve ser comunicada ao empregador com antecedência.

A duração da licença de cada um dos pais é de 15 dias, no caso de compartilhamento.

Artigo 4º

Pagamento da Licença

A licença paternidade é remunerada pelo empregador.





CÂMARA MUNICIPAL DE GRANGEIRO ESTADO DO CEARÁ



O pagamento corresponde ao salário do empregado, sem prejuízo de outras vantagens.

A lei estabelece mecanismos para que a Previdência Social suporte o pagamento da licença, caso o empregador não tenha condições financeiras.

Artigo 5º

Disposições Gerais

A licença paternidade não pode ser interrompida ou reduzida.

O empregado tem direito a retornar ao seu posto de trabalho após a licença, sem prejuízo de sua função e remuneração.

A violação dos direitos previstos na lei é passível de sanções.

Artigo 6º

Adoção de crianças com necessidades especiais

Em caso de adoção de crianças com necessidades especiais, a licença pode ser prorrogada, mediante parecer médico, por até 90 dias.

Artigo 7º

Entrada em vigor

O presente projeto de lei entra em vigor no prazo de 90 dias após sua aprovação.

Justificativa

O aumento do período de licença paternidade é fundamental para fortalecer os laços familiares, promover o bem-estar do recém-nascido e garantir a igualdade de direitos entre pais e mães. A flexibilidade no compartilhamento da licença permite adaptar a situação às necessidades de cada família. O pagamento da licença pelo empregador ou pela Previdência Social garante a estabilidade financeira do pai durante o período de licença.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Grangeiro, 03 de junho de 2025.

Vereadora Autora: TEREZA REJANE SOARES DIAS

Tereza Rejane Soares Dias


FRANCISCO CASSIANO DE SOUSA

PRESIDENTE